

**ENTRE ESTRUTURA E DIAGNÓSTICO: O AUTISMO E A
HIPÓTESE DA QUARTA ESTRUTURA NA LITERATURA
PSICANALÍTICA RECENTE**

Elis Marra da Madeira Freitas

Yani Rebouças de Oliveira

Orientador: Prof. Me. Leonel Cardoso dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia

2026

**ENTRE ESTRUTURA E DIAGNÓSTICO: O AUTISMO E A
HIPÓTESE DA QUARTA ESTRUTURA NA LITERATURA
PSICANALÍTICA RECENTE**

Elis Marra da Madeira Freitas

Yani Rebouças de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Trabalho apresentado como requisito parcial da
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
Realizado sob orientação do professor Me. Leonel
Cardoso dos Santos

Banca Examinadora:

Leonel Cardoso dos Santos, Me.

Presidente da Banca:

Professor-Supervisor

Juliana Santos de Souza Hannun, Dra.

Professor (a) convidado (a)

Elizabeth Cristina Landi de Lima e Souza, Dra.

Professor (a) convidado (a)

Data da avaliação: 12/06/2026

Nota final: _____

Goiânia

2026

Resumo

O presente trabalho analisa a literatura psicanalítica contemporânea acerca das concepções de autismo e sua articulação com a hipótese da quarta estrutura psíquica. O estudo justifica-se pelo deslocamento teórico que retira o autismo do campo do déficit ou da psicose para compreendê-lo como uma organização subjetiva própria. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em uma revisão narrativa da literatura, com a análise de 13 obras fundamentais publicadas entre 2003 e 2023. Os resultados indicam que o autismo apresenta uma lógica subjetiva singular, caracterizada por operadores fundamentais como a retenção dos objetos pulsionais, a alienação retida sem a sustentação do significante-mestre e a aparelhagem do gozo pela borda autística. A literatura destaca a distinção entre autismo e psicose, enfatizando a função apaziguadora do duplo e dos interesses específicos na estabilização do sujeito frente à invasão do Outro. Conclui-se que a hipótese da quarta estrutura oferece um suporte ético e clínico à singularidade autística, contrapondo-se à redução diagnóstica dos modelos biomédicos (DSM) e promovendo o reconhecimento da diferença autística como uma forma legítima de inscrição no mundo.

Palavras-chave: psicanálise; autismo; quarta estrutura.

Abstract

This study analyzes contemporary psychoanalytic literature regarding the conceptions of autism and its articulation with the fourth psychic structure hypothesis. The research is justified by the theoretical shift that moves autism away from the field of deficit or psychosis to understand it as a unique subjective organization. Methodologically, it is a qualitative, exploratory, and descriptive research based on a narrative literature review, analyzing 13 fundamental works published between 2003 and 2023. Results indicate that autism presents a singular subjective logic characterized by fundamental operators such as the retention of pulsional objects, retained alienation without the support of the master-signifier, and the management of enjoyment (*gozo*) through the autistic edge. The literature highlights the distinction between autism and psychosis, emphasizing the appeasing function of the double and specific interests in the subject's stabilization against the invasive presence of the Other. It is concluded that the fourth structure hypothesis provides ethical and clinical support for autistic singularity, opposing the diagnostic reductionism of biomedical models (DSM) and promoting the recognition of autistic difference as a legitimate form of inscription in the world.

Keywords: psychoanalysis; autism; fourth structure.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	5
RESULTADOS E DISCUSSÃO	7
CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
AUTISMO COMO ESTRUTURA, DIFERENÇA SUBJETIVA E DISTINÇÃO DA PSICOSE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
DIFERENÇA AUTÍSTICA, SINGULARIDADE E CRÍTICA À PATOLOGIZAÇÃO	9
CRÍTICA AO MODELO BIOMÉDICO, AO DSM E ÀS CLASSIFICAÇÕES DIAGNÓSTICAS	11
RELAÇÃO COM O OUTRO, CORPO, LINGUAGEM E SIMBOLIZAÇÃO	11
FUNÇÃO DOS OBJETOS, DO DUPLO, DOS INTERESSES ESPECÍFICOS E DA BORDA .	12
IMPLICAÇÕES CLÍNICAS: MANEJO, DIREÇÃO DO TRATAMENTO E ÉTICA DA SINGULARIDADE	13
AUTISMO E CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADE, NEURODIVERSIDADE E DIMENSÃO POLÍTICA	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE 1	20

Introdução

O campo de batalha continua em plena atividade e, no centro, o Autismo segue gerando muitos debates nos campos da psiquiatria, da psicologia, da educação, da psicanálise e, mais recentemente, no campo jurídico. Um exemplo disso é a discussão atualmente em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7779 e 7790, que questionam a constitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 214/2025, relacionados aos critérios para concessão de benefícios tributários a pessoas com deficiência, incluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O conceito de Autismo, atravessado por deslocamentos históricos e epistemológicos, revela diferentes modos de compreender os sujeitos, bem como a linguagem, o corpo, o desenvolvimento e o sofrimento psíquico que os acompanham. A compreensão atual a partir da noção de espectro, conforme os manuais diagnósticos psiquiátricos, evidencia o resultado de um longo percurso de disputas teóricas, mudanças nosológicas e reformulações clínicas.

Inicialmente empregado por Eugen Bleuler, em 1911, para designar um sintoma associado à esquizofrenia, o termo autismo foi utilizado para caracterizar o afastamento da realidade externa e o fechamento do sujeito em si mesmo. Nesse primeiro momento, o autismo era compreendido como uma manifestação presente nos quadros psicóticos e não como uma entidade clínica autônoma. Posteriormente, os trabalhos de Leo Kanner, em 1943, e de Hans Asperger, em 1944, contribuíram decisivamente para a delimitação do autismo como uma síndrome específica. Kanner descreveu crianças que apresentavam dificuldades importantes no contato afetivo, alterações na comunicação, resistência às mudanças, comportamentos repetitivos e interesses restritos. Asperger, por sua vez, observou crianças e adolescentes com dificuldades semelhantes no campo da interação social, mas com preservação relativa da linguagem e das capacidades intelectuais, formulação que mais tarde seria associada à chamada Síndrome de Asperger (Gonçalves et al., 2017).

No campo psicanalítico, entretanto, o interesse pelo autismo antecede sua consolidação como categoria diagnóstica psiquiátrica. Em 1930, Melanie Klein publicou o caso Dick, frequentemente considerado um dos marcos inaugurais da discussão psicanalítica sobre o tema. A criança, inicialmente diagnosticada como

portadora de “demência precoce”, apresentava ausência de fala, desinteresse pelos brinquedos, dificuldades de reciprocidade afetiva e intenso ensimesmamento. Klein observou, contudo, que Dick não correspondia plenamente aos critérios de esquizofrenia infantil utilizados à época, abrindo espaço para uma leitura clínica singular desses quadros.

As primeiras formulações psicanalíticas sobre o autismo estiveram fortemente marcadas por hipóteses psicogênicas e relacionais, com formulações que culpabilizavam as mães e as famílias. A complexificação expande o debate e nomes como Margaret Mahler, que propôs a teoria da separação-individuação e a noção de “autismo normal” nos primeiros meses de vida; Françoise Dolto, que enfatizou a escuta clínica, o manejo transferencial e o trabalho com os pais; Frances Tustin, que compreendeu o autismo a partir de mecanismos defensivos de encapsulamento psíquico; e Donald Meltzer, que destacou as dificuldades de sustentação de um vínculo simbólico estável com o objeto materno e com o mundo externo surgem e amplificam a discussão sobre o tema (Gonçalves et al., 2017).

As décadas de 1980 e 1990, com o fortalecimento das neurociências e das explicações biologizantes, levam a psicanálise a rever parte de suas formulações clássicas sobre o autismo, em razão das críticas legítimas às leituras culpabilizantes e exclusivamente psicogênicas, bem como de uma tensão crescente entre o discurso psiquiátrico, de orientação predominantemente descritiva e classificatória, e a perspectiva psicanalítica, voltada à singularidade do sujeito e à lógica de sua constituição subjetiva.

Esse deslocamento de foco torna-se particularmente relevante quando se observa a evolução do autismo nos manuais diagnósticos. No DSM-I e no DSM-II, o autismo era classificado no interior da esquizofrenia infantil. Com o DSM-III, em 1980, passa a ser reconhecido como entidade distinta, inserida nos Transtornos Globais do Desenvolvimento. No DSM-IV, a categoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento foi mantida, incluindo diagnósticos específicos como o Transtorno de Asperger. Já no DSM-V, em 2013, ocorre a unificação dessas categorias sob a designação Transtorno do Espectro Autista, organizada por níveis de gravidade e necessidade de apoio. Essa mudança consolida uma perspectiva estatística e

dimensional do diagnóstico, fortemente marcada pela descrição de sinais observáveis e pela noção de déficit no neurodesenvolvimento.

Diante desse cenário, a investigação das relações entre o autismo e a hipótese da quarta estrutura na literatura psicanalítica recente justifica-se pela relevância teórica e clínica que essa discussão vem assumindo no campo da psicanálise contemporânea. Na clínica estrutural lacaniana, conforme discutida por Safatle, as três estruturas: neurose, psicose e perversão não se definem apenas por um conjunto de sintomas, mas por posições subjetivas diante do desejo, da Lei e do Outro. A neurose se organiza a partir do recalçamento, implicando a inscrição da função paterna e, ao mesmo tempo, a tentativa de negar aquilo que foi simbolicamente inscrito. A psicose, por sua vez, relaciona-se à forclusão da função paterna, o que compromete a mediação simbólica da relação do sujeito com o Outro. Já a perversão se caracteriza pela posição particular do sujeito diante da Lei e do gozo, não podendo ser reduzida a comportamentos sexuais específicos (Safatle, 2017).

Embora o autismo tenha sido tradicionalmente compreendido a partir dessas estruturas clínicas clássicas, diversos autores têm questionado a suficiência dessas categorias para abarcar as especificidades do funcionamento subjetivo autista, propondo a hipótese de uma quarta estrutura. Nesse contexto, torna-se importante examinar como diferentes autores concebem o autismo, quais fundamentos sustentam a proposição da quarta estrutura e de que maneira essas formulações dialogam, convergem ou divergem entre si. Além de contribuir para o aprofundamento do debate teórico, tal análise possibilita compreender os efeitos dessas concepções na prática clínica, favorecendo uma reflexão crítica sobre os modos de escuta, diagnóstico e manejo do sujeito autista na psicanálise contemporânea.

Assim, o presente trabalho de conclusão de curso propõe, como objetivo geral, investigar a literatura psicanalítica recente sobre o autismo, analisando como a hipótese da quarta estrutura oferece um suporte teórico e ético para a compreensão da singularidade autística e sua diferenciação lógica e clínica da psicose.

Pretende ainda, dentro de seus objetivos específicos, mapear as principais contribuições teóricas na psicanálise que fundamentam a tese do autismo como uma organização subjetiva independente das estruturas clássicas, bem como, discutir os

operadores fundamentais da lógica autística em contraposição à perspectiva de déficit do modelo biomédico e dos manuais diagnósticos (DSM). E, finalmente, avaliar as implicações clínicas e éticas decorrentes da hipótese da quarta estrutura, enfocando o manejo orientado pela invenção do sujeito e o reconhecimento da diferença autística no cenário social e político atual.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, operacionalizada por meio de uma revisão narrativa da literatura. A escolha por este procedimento justifica-se pela possibilidade de realizar uma síntese crítica e reflexiva do conhecimento especializado, priorizando o mapeamento de saberes e a análise de conceitos teóricos em detrimento do rigor estatístico das revisões sistemáticas. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa é adequada para identificar tendências e discutir formulações teóricas, oferecendo uma compreensão ampla do fenômeno estudado.

A pesquisa foi estruturada em três fases principais, sendo a primeira fase a de levantamento bibliográfico, na qual foi realizada busca de forma contínua nas bases de dados *SciELO*, *PePSIC*, *PubMed*, *PsycINFO* e *BVS*, além da consulta a livros e capítulos de livros especializados. Utilizaram-se os descritores em português e inglês: "autismo", "psicanálise", "estrutura psíquica" e "quarta estrutura" (*autism*, *psychoanalysis*, *psychic structure*, *fourth structure*), combinados via operadores booleanos. Observou-se uma abundância de registros para termos gerais, porém uma baixa expressividade de resultados específicos para "quarta estrutura" em língua portuguesa, o que reforça a originalidade desta investigação.

Em seguida, após a triagem inicial de títulos e resumos, deu-se o processo de seleção e critérios de inclusão. Foram adotados como critérios de inclusão produções que abordassem o autismo estritamente sob a perspectiva psicanalítica e que discutissem a noção de estrutura psíquica ou a proposição de uma quarta estrutura. Foram excluídos trabalhos restritos a abordagens biomédicas, comportamentais ou que não apresentassem relação direta com o referencial teórico da psicanálise.

A partir da leitura integral do material selecionado, delimitou-se um corpus final de 13 obras. A terceira fase, constitui-se, então, pelo processo de análise que envolveu a interpretação e a categorização temática dos conteúdos, buscando identificar convergências e divergências teóricas sobre os operadores da lógica autística, segundo Maleval e o casal Lefort (borda, duplo, objeto), e as implicações clínicas da hipótese estrutural.

A análise da literatura selecionada permitiu identificar que a discussão psicanalítica recente sobre o autismo se organiza em torno de eixos centrais: a

concepção do autismo como estrutura; a crítica à redução biomédica; a singularidade do sujeito; a relação com o Outro; a função dos objetos e da borda; e as implicações clínicas e políticas decorrentes. As obras analisadas foram publicadas entre 2003 e 2023 e revelam tanto a constituição histórica do debate quanto suas atualizações contemporâneas.

Resultados e discussão

Caracterização do corpus de análise

O corpus desta pesquisa é composto por obras publicadas entre 2003 e 2023, incluindo livros, capítulos de livros, artigos científicos, dissertações e trabalhos acadêmicos que discutem o autismo a partir da psicanálise, especialmente da perspectiva lacaniana. Cada uma das produções selecionadas contribui de maneira específica para a compreensão do debate acerca do autismo como possível estrutura clínica e está descrita e caracterizada na Tabela 1, Apêndice 1.

No conjunto do corpus, destacam-se autores vinculados à tradição lacaniana francesa, cujas formulações atravessam diferentes momentos do debate psicanalítico sobre o autismo. Rosine Lefort e Robert Lefort, alunos de Jacques Lacan, desenvolveram na França uma prática clínica com crianças muito pequenas, muitas delas institucionalizadas em razão de situações de rejeição, abandono ou maus-tratos. Sua contribuição inscreve-se no campo da psicanálise lacaniana do século XX e se prolonga nas discussões contemporâneas, especialmente pela tentativa de pensar o autismo a partir de sua especificidade clínica e de sua relação com o real. Jean-Claude Maleval, por sua vez, é um psicanalista francês contemporâneo, ligado à Escola da Causa Freudiana e à Associação Mundial de Psicanálise, além de professor de psicologia clínica na Universidade de Rennes, na França. Suas pesquisas, publicadas sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, assumem lugar central na defesa do autismo como uma estrutura clínica própria.

O livro *A distinção do autismo* (2003), por Rosine Lefort e Robert Lefort, constitui uma das bases principais da discussão psicanalítica recente. Os autores buscam diferenciar o autismo da psicose, defendendo que o funcionamento autístico apresenta especificidades que não podem ser reduzidas às estruturas clínicas tradicionalmente estabelecidas. O artigo de Jean-Pierre Drapier (2012) introduz uma perspectiva crítica ao questionar se o autismo pode ou não ser considerado uma estrutura, evidenciando as divergências teóricas no campo. O trabalho de Winning (2012) sistematiza conceitos fundamentais do campo como material introdutório.

Em 2015, Jean-Claude Maleval defende explicitamente a hipótese do autismo como estrutura clínica em artigo na *Opção Lacaniana Online*, sustentando uma organização subjetiva própria, distinta da neurose, psicose e perversão. A dissertação

de Silva (2018) articula esses aspectos teóricos à prática clínica e ao manejo. No mesmo ano, Freitas (2018) investiga a possibilidade do autismo como estrutura adicional, ou quarta estrutura, enquanto Maleval (2018) reforça, em *O autista e sua voz*, que o autismo não é uma variação da psicose infantil.

As obras de Maleval de 2019 e 2021 aprofundam a definição de estrutura autista e o conceito de "diferença autística", propondo compreendê-la não como déficit, mas como um modo singular de relação com a linguagem e o corpo. Santos (2021) investiga a constituição subjetiva, enquanto a coletânea organizada por Teixeira e Rosa (2020) insere o tema na psicopatologia lacaniana abrangente. Por fim, os trabalhos de Monteiro e Dias (2023) e Souza (2023) exploram, respectivamente, a diferença autística para além do diagnóstico e a experiência do autista na linguagem.

Autismo como estrutura, diferença subjetiva e distinção da psicose

Para a psicanálise de orientação lacaniana, estrutura não se resume a um conjunto de sintomas, mas se refere ao modo como o sujeito se organiza diante da linguagem, da castração, do Outro e do gozo. Nessa perspectiva, o gozo pode ser compreendido como uma satisfação pulsional que excede o princípio do prazer e que se articula ao corpo, à linguagem e ao objeto *a*, isto é, ao objeto causa do desejo, conforme a leitura lacaniana apresentada por Nasio (1993). Assim, as obras de Lefort e Lefort, Maleval, Freitas, Silva e Santos convergem para a hipótese de que o autismo constitui uma organização subjetiva própria, e não uma derivação ou variante da psicose. Essa leitura promove um deslocamento ético fundamental: o diagnóstico deixa de se orientar apenas pelo comportamento observável e passa a interrogar a posição do sujeito frente ao Outro, à linguagem e ao gozo. Santos (2021) reforça que os critérios psiquiátricos descritivos pouco esclarecem sobre a constituição subjetiva, devendo a distinção clínica basear-se na lógica estrutural.

Maleval (2015, 2018) fundamenta essa especificidade autística em três operadores principais: a retenção dos objetos pulsionais, a alienação retida e a aparelhagem do gozo pela borda. A retenção dos objetos pulsionais refere-se à dificuldade ou recusa do sujeito autista em ceder certos objetos ao campo do Outro, especialmente a voz e o olhar, que permanecem retidos como forma de proteção diante da invasividade da alteridade. A alienação retida indica que o sujeito autista

não está fora da linguagem, mas sua entrada nela não se organiza pela mediação ordinária do significante-mestre, produzindo uma relação singular com a fala, os signos e a significação. Já a aparelhagem do gozo pela borda diz respeito aos recursos construídos pelo sujeito para localizar e regular o excesso de gozo, como os objetos autísticos, os duplos e os interesses específicos, que funcionam como meios de estabilização e de abertura possível ao laço com o outro.

A diferença entre autismo e psicose, nesse contexto, não se estabelece apenas pela presença ou ausência de sintomas, mas pelo modo de relação com o Outro, com a linguagem e com o gozo. Na psicose, a forclusão do Nome-do-Pai implica um retorno do gozo que pode aparecer de modo invasivo no corpo ou no Outro, frequentemente associado a fenômenos delirantes e alucinatórios. No autismo, por sua vez, as produções analisadas indicam que o gozo tende a retornar sobre uma borda construída pelo próprio sujeito, o que confere aos objetos, ao duplo e aos interesses específicos uma função apaziguadora e organizadora. Desse modo, enquanto na psicose o duplo pode assumir caráter persecutório e invasivo, no autismo ele pode operar como apoio, mediação e recurso de estabilização. Drapier (2012), contudo, pondera que a heterogeneidade dos quadros clínicos impõe limites à compreensão do autismo como uma estrutura única, mantendo aberta a tensão necessária ao debate científico no campo.

Diferença autística, singularidade e crítica à patologização

A noção de diferença autística, sustentada por Maleval (2021) e Monteiro e Dias (2023), busca retirar o autismo do campo exclusivo da deficiência para aproximá-lo do debate sobre a neurodiversidade. Para Maleval (2021), a neurodiversidade surge como movimento político e ético de pessoas autistas que reivindicam o reconhecimento do autismo como uma variante humana, e não como doença, loucura ou déficit a ser corrigido. Essa perspectiva valoriza a existência de uma inteligência diferente e de uma forma própria de relação com o mundo, ao mesmo tempo em que exige da sociedade o acolhimento das particularidades autísticas. Contudo, Maleval também adverte que a neurodiversidade pode incorrer em um reducionismo neuronal quando limita o sujeito apenas ao funcionamento

cerebral, apagando a dimensão simbólica, a história singular, a pulsão e as defesas subjetivas.

Preconiza-se então que a clínica psicanalítica respeite as invenções subjetivas, como os interesses específicos, os objetos autísticos, os duplos e as bordas, compreendendo-os como recursos de estabilização e não como sintomas a serem simplesmente eliminados. A psicanálise, opondo-se à normalização forçada, entende que cada estrutura clínica organiza modos próprios de defesa diante do Outro, da linguagem e do gozo. Na neurose, a defesa se articula predominantemente ao recalçamento; na psicose, à forclusão; na perversão, à posição particular diante da Lei e do gozo; e, no autismo, à retenção dos objetos pulsionais e à construção de bordas capazes de localizar o gozo e mediar a relação com o mundo.

Essa concepção dialoga com as discussões contemporâneas sobre neurodiversidade, especialmente quando se afirma que os autistas não reivindicam apenas tratamento, mas o reconhecimento de sua forma própria de existir. Maleval (2021) destaca que, no século XXI, a diferença autística ganha força política à medida que os próprios sujeitos passam a reivindicar o direito de não serem reduzidos à doença, à loucura ou à menos-valia. Essa perspectiva amplia o debate psicanalítico ao incluir as dimensões ética e social do reconhecimento da alteridade, sem abandonar a especificidade clínica da escuta psicanalítica.

A crítica à patologização é evidenciada na reiteração de que o autismo não é uma falha, mas uma singularidade que atravessa praticamente todas as obras analisadas. Essa leitura aproxima-se da crítica lacaniana à medicalização do mal-estar, conforme discutida por Safatle (2017), uma vez que a psicanálise não toma o normal e o patológico como categorias fixas, definidas apenas por critérios adaptativos, orgânicos ou comportamentais. Ao contrário, interroga o sofrimento psíquico a partir da posição do sujeito diante do desejo, da linguagem, do Outro e das exigências normativas da vida social. Nesse sentido, os interesses específicos deixam de ser lidos como comportamentos restritos, visão comum em protocolos voltados à supressão sintomática, para serem compreendidos como pontos vitais de organização subjetiva. Assim, a psicanálise identifica nesses interesses um recurso de estabilização e invenção que permite ao sujeito lidar com o gozo invasivo do Outro, transformando o

que seria tomado como problema, déficit ou obstáculo em uma via possível de inscrição no laço social.

Crítica ao modelo biomédico, ao DSM e às classificações diagnósticas

A literatura analisada, especialmente a coletânea de Teixeira e Rosa (2020), critica a tendência biológica da psiquiatria contemporânea, que reduz o sujeito a déficits neurobiológicos e listas de sinais. Santos (2021) e Maleval (2017) observam que as versões recentes do DSM apagaram elementos essenciais descritos por Kanner, como a busca de imutabilidade, que expressa a tentativa do sujeito de lidar com um mundo imprevisível.

Dessa forma, os resultados apontam que as obras analisadas assumem uma posição crítica diante de abordagens que pretendem explicar o autismo apenas por causalidades neurobiológicas ou comportamentais (Drapier, 2012; Freitas, 2018a, 2018b; Lefort & Lefort, 1980; Maleval, 2018; Soler, 2018). A psicanálise, ao contrário, busca compreender a lógica subjetiva do autismo e suas formas próprias de estabilização, assim como faz em relação a qualquer estrutura clínica, uma vez que neurose, psicose, perversão e autismo não se reduzem a manifestações sintomáticas, mas dizem respeito a modos singulares de defesa, constituição subjetiva e relação com o Outro. Essa perspectiva não exclui o diálogo com outros campos, mas reivindica que o sujeito não seja apagado em nome da classificação.

Relação com o Outro, corpo, linguagem e simbolização

Na psicanálise lacaniana, o Outro não se refere a um semelhante, mas ao campo da linguagem, da lei e da alteridade radical que convoca o sujeito à existência. As obras de orientação lacaniana analisadas caracterizam o autismo por uma relação particular com esse campo, marcada pela defesa contra uma presença sentida como invasiva. Maleval (2015, 2018) sustenta que essa especificidade se expressa na retenção dos objetos pulsionais, especialmente a voz e o olhar, compreendidos como objetos que o sujeito autista tende a não ceder ao campo do Outro. Essa retenção funciona como uma defesa diante da invasividade da alteridade e pode manifestar-se

cl clinicamente na fuga do olhar, no silêncio, nas dificuldades de endereçamento da fala ou em usos singulares da voz.

Nas produções de Maleval, especialmente em *Escutem os autistas* (2026), destaca-se que o sujeito pode reter a voz como defesa contra a alienação, vivendo o endereçamento ao Outro como algo angustiante. Por essa razão, Sousa (2023) e Souza (2023) observam que esses sujeitos frequentemente recorrem a linguagens factuais, descritivas ou codificadas, as quais, embora desvinculadas da dimensão enigmática da enunciação, constituem formas legítimas de estabilização e inscrição no mundo.

A relação com o corpo também é um eixo central. Diferente da esquizofrenia, onde pode haver fragmentação corporal, a literatura indica que no autismo o corpo tende a um fechamento sobre si para construir defesas contra a intrusão do Outro. Assim, os resultados mostram que corpo, linguagem e Outro são indissociáveis: a simbolização autística não segue necessariamente os moldes tradicionais da neurose, organizando-se por vias singulares apoiadas em signos, repetições e interesses específicos que funcionam como recursos de borda (Drapier, 2012; Freitas, 2018; Lefort & Lefort, 1980; Maleval, 2018).

Função dos objetos, do duplo, dos interesses específicos e da borda

A borda autística pode ser compreendida como um recurso de proteção e mediação construído pelo sujeito para lidar com um mundo frequentemente percebido como invasivo, excessivo ou imprevisível. Trata-se de uma forma singular de aparelhamento do gozo, isto é, de localização e contenção daquilo que, sem esse recurso, poderia ser vivido como excesso corporal ou como invasão do Outro. Conforme Maleval (2015, 2018), essa borda articula objetos autísticos, duplos e interesses específicos, que não devem ser interpretados apenas como comportamentos repetitivos ou restritos, mas como invenções subjetivas fundamentais para a organização da realidade do sujeito autista. Os objetos autísticos, nesse sentido, funcionam como apoios concretos para a estabilização corporal e psíquica, ajudando o sujeito a ordenar suas experiências e a reduzir a angústia. O duplo, por sua vez, pode operar como uma figura mediadora, uma imagem ou presença controlável que permite ao sujeito se aproximar da linguagem, do laço social e da enunciação sem se expor diretamente à invasividade do Outro. Diferentemente do duplo persecutório observado

em algumas manifestações psicóticas, no autismo ele tende a exercer função apaziguadora, de suporte e continência (Dor, 1989/1985; Lefort & Lefort, 2017).

A simbolização autística não se organiza pelos moldes tradicionais da neurose, marcados pela mediação do significante e pela lógica do recalque, mas por vias singulares apoiadas em signos, objetos, imagens, repetições e sistemas de ordenação próprios. Nesse contexto, os interesses específicos podem ser compreendidos como “ilhas de competência”, isto é, campos de saber ou de atividade nos quais o sujeito constrói uma organização estável, precisa e frequentemente muito elaborada. Esses interesses não apenas tranquilizam, ao oferecerem previsibilidade e fixidez diante dos equívocos da linguagem, mas também podem funcionar como vias de comunicação e de inscrição no laço social. Assim, objetos autísticos, duplos, interesses específicos e borda devem ser reconhecidos como meios de mediação e estabilização subjetiva. Essa leitura diferencia a psicanálise de práticas que buscam suprimir comportamentos sem considerar sua função para o sujeito, pois desloca o foco da eliminação sintomática para a compreensão da lógica subjetiva que sustenta tais invenções (Maleval, 2015, 2018; Sousa, 2023).

Implicações clínicas: manejo, direção do tratamento e ética da singularidade

Os resultados também indicam que a concepção estrutural do autismo tem consequências diretas para o manejo clínico. Se o autismo é compreendido como uma forma singular de organização subjetiva, a clínica não pode se orientar por ideais de normalização ou adaptação forçada. Ao contrário, deve partir das soluções já construídas pelo sujeito e respeitar seus modos próprios de relação com o corpo, a linguagem, os objetos e o Outro (Drapier, 2012; Freitas, 2018; Maleval, 2018).

Lefort e Lefort (2003) e Maleval (2017) defendem que a direção do tratamento deve partir das soluções construídas pelo autista. A clínica psicanalítica afasta-se de intervenções invasivas ou demandas excessivas, posicionando o analista como uma presença regulada e respeitosa. Sousa (2023) destaca que a prática é construída caso a caso, visando favorecer as invenções do sujeito em vez de adaptá-lo a uma norma.

Assim, a clínica psicanalítica do autismo evidencia um princípio que atravessa a clínica psicanalítica como um todo: não se trata da aplicação de uma técnica padronizada, mas de uma construção caso a caso. Cada sujeito, seja ele neurótico,

psicótico, perverso ou autista, exige que se investigue a função de seus objetos, de suas repetições, de sua linguagem, de seus interesses e de suas defesas. No caso do autismo, essa orientação torna-se ainda mais decisiva, pois tais elementos frequentemente operam como recursos fundamentais de estabilização e mediação com o Outro. Essa perspectiva reforça a importância de uma escuta que não busque adaptar o sujeito a uma norma, mas favorecer suas próprias invenções.

Autismo e contemporaneidade: identidade, neurodiversidade e dimensão política

As produções mais recentes de Maleval e da Associação Pipa e Rabiola ressaltam a dimensão política da identidade autista e o crescimento do movimento pela neurodiversidade. Nessa direção, Monteiro e Dias (2023) defendem que o reconhecimento da diferença autística exige uma clínica capaz de acolher a singularidade radical do sujeito, recusando tanto a exclusão quanto a homogeneização diagnóstica.

Desse modo, os resultados mostram que os estudos recentes no campo da psicanálise, sobretudo de orientação lacaniana, ao discutirem o autismo como diferença subjetiva e como possível quarta estrutura, também se inserem em um debate ético e político mais amplo. Reconhecer a diferença autística implica sustentar uma clínica e uma teoria que não reduzam o sujeito à norma, ao déficit ou à classificação, mas que considerem suas formas próprias de existência, defesa e invenção.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa confirmam que o objetivo geral foi alcançado ao demonstrar que a literatura psicanalítica contemporânea, especialmente a partir de autores como Lefort e Maleval, oferece na hipótese da quarta estrutura um robusto suporte teórico e ético para a compreensão da singularidade autística. A investigação permitiu mapear as contribuições que fundamentam o autismo como uma organização subjetiva independente, diferenciando-o logicamente da psicose pela ausência de fenômenos elementares típicos e pela presença de uma lógica de funcionamento própria.

A discussão dos operadores fundamentais, como a retenção dos objetos pulsionais, a aparelhagem do gozo pela borda e a função apaziguadora do duplo, evidenciou o contraste necessário com a perspectiva de déficit do modelo biomédico. Enquanto os manuais diagnósticos, como o DSM, tendem a descrever o autismo a partir de sinais observáveis, déficits sociocomunicativos e padrões restritos ou repetitivos de comportamento, a psicanálise sustenta uma leitura orientada pela posição do sujeito frente ao Outro. A partir dessa ótica, a busca por imutabilidade não deve ser reduzida a rigidez comportamental ou resistência à mudança, mas compreendida como tentativa de preservar uma ordem mínima diante de um mundo vivido como excessivo, imprevisível ou invasivo. A insistência em rotinas, repetições, objetos, trajetos, sequências e interesses específicos funciona como recurso de estabilização, permitindo ao sujeito localizar o gozo, reduzir a angústia e construir uma relação menos ameaçadora com o Outro. Assim, elementos frequentemente apagados ou empobrecidos nas classificações estatísticas, como a função subjetiva da imutabilidade, revelam-se fundamentais para compreender a lógica autística para além da noção de déficit.

A análise temática demonstrou que a noção de singularidade atravessa praticamente todas as obras do corpus. Não se trata de falar de “autista” como categoria homogênea, mas de reconhecer sujeitos autistas, cada um com seu modo próprio de relação com o mundo. Essa leitura tem consequências diretas para a clínica, pois impede a aplicação automática de protocolos padronizados e exige que o tratamento considere os recursos, interesses, defesas e invenções de cada sujeito.

Por fim, ao avaliar as implicações éticas e políticas da discussão, conclui-se que o reconhecimento da diferença autística e da neurodiversidade assume papel fundamental no cenário atual. A hipótese da quarta estrutura não apenas orienta um manejo clínico atento às invenções do sujeito, como também se insere em um debate social mais amplo, voltado à recusa da estigmatização e da normalização forçada. Assim, o trabalho reafirma a importância de uma escuta capaz de sustentar a singularidade de cada sujeito como forma legítima de inscrição no mundo.

Além de suas contribuições para o campo clínico e teórico, a discussão sobre o autismo e a hipótese da quarta estrutura convoca reflexões que ultrapassam os limites da prática psicanalítica. Em um contexto histórico marcado pela crescente visibilidade das pessoas autistas e pela ampliação dos movimentos em defesa da neurodiversidade, torna-se cada vez mais necessário construir modos de convivência social capazes de acolher a diferença sem reduzi-la a um déficit a ser corrigido. Nesse sentido, a perspectiva psicanalítica contribui para o debate contemporâneo ao sustentar que a singularidade não constitui um obstáculo à participação social, mas uma dimensão fundamental da condição humana. Tal posicionamento possui implicações éticas, políticas e culturais relevantes, uma vez que questiona práticas de exclusão, discursos normativos e ideais de homogeneização, reafirmando a importância de reconhecer diferentes formas de existir, comunicar-se e estabelecer laços com o mundo. Assim, mais do que uma discussão diagnóstica, o debate sobre o autismo revela-se uma oportunidade para repensar os modos pelos quais a sociedade compreende a diferença e produz espaços efetivamente inclusivos para a diversidade das experiências humanas.

Referências

- American Psychiatric Association. (1952). *Diagnostic and statistical manual: Mental disorders*. American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (1968). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (2nd ed.). American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3rd ed.). American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR* (5ª ed., texto rev.). Artmed.
- Asperger, H. (1944). Die „Autistischen Psychopathen“ im Kindesalter. *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*, 117(1), 76–136.
<https://doi.org/10.1007/BF01837709>
- Dementia Praecox oder Gruppe der Schizophrenien. (1911). *Dementia praecox oder Gruppe der Schizophrenien*. Franz Deuticke.
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem* (C. E. Reis, Trad.). Artes Médicas. (Obra original publicada em 1985).
- Drapier, J.-P. (2012). Autismo: Estrutura ou superestrutura? *A Peste*, 4(1), 37–53.
- Freitas, R. G. A. F. (2018). Autismo: Uma estrutura a mais? *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 13(26), 113–125.
- Gonçalves, A. P., Castro, M. S. J., & Amorim, K. M. O. (2017). Transtornos do espectro do autismo e psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, 49(2), 191–213
- Hans Asperger. (1944). Die „Autistischen Psychopathen“ im Kindesalter. *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*, 117(1), 76–136.
<https://doi.org/10.1007/BF01837709>
- Klein, Melanie. (1996). A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In *Psicanálise da criança* (pp. xx–xx). Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Laurent, É.(2014). *A batalha do autismo: da clínica a política*; tradução Claudia Berliner. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

- Lefort, R., & Lefort, R. (1984). *O nascimento do Outro* (A. Jesuíno, trad.). Salvador, BA: Fator. (Trabalho original publicado em 1980).
- Lefort, R., & Lefort, R. (2017). *A distinção do autismo* (A. L. Santiago & C. Vidigal, trad.). Belo Horizonte, MG: Relicário Edições. (Trabalho original publicado em 2003).
- Leo Kanner. (1943). *Autistic disturbances of affective contact*. *Nervous Child*, 2(3), 217–250.
- Maleval, J.-C. (2015). *Por que a hipótese de uma estrutura autística?* *Opção Lacaniana Online*, 6(18).
- Maleval, J.-C. (2018). *Da estrutura autista*. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 13(26), 4–38.
- Maleval, J.-C. (2021). *A diferença autística*. Tradução livre por Arryson Zenith Jr. Extraído da introdução do livro “La différence autistique” de Jean-Claude Maleval, 2021, Presses Universitaires de Vincennes.
- Monteiro, J. L., & Dias, W. N. (2023). *A diferença autística para além das categorias diagnósticas: Contribuições de Jean-Claude Maleval*. In *Anais da VIII Semana da Diversidade Humana* (pp. 1–6). Centro Universitário São Lucas.
- Nasio, J.-D. (1993). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1992).
- Rother, E. T. (2007) *Revisão sistemática X revisão narrativa*. v. 20, p. 2, *Acta paul enferm.*
- Safatle, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. Autêntica.
- Santos, J. R. F. dos. (2021). *A constituição subjetiva do autista: Uma aproximação a partir da perspectiva lacaniana* [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Silva, B. de S. (2018). *Autismo: A questão estrutural e suas implicações na clínica* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei].
- Soler, C. (2018). *A querela dos diagnósticos*. Blucher.
- Sousa, G. A. de. (2023). *“Escutem os autistas”: As contribuições de J.-C. Maleval para a elaboração teórica do autismo como estrutura clínica* [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais].

Souza, C. R. de. (2023). *O autismo como estrutura subjetiva: Estudo sobre a experiência do autista na linguagem e com a palavra*. Blucher.

Supremo Tribunal Federal. (2026, 21 de maio). *Confira a pauta do STF desta quinta-feira (21)*. Notícias STF. <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/confira-a-pauta-do-stf-desta-quinta-feira-21/>

Teixeira, A., & Rosa, M. (Orgs.). (2020). *Psicopatologia lacaniana: Volume 2 – Nosologia*. Autêntica.

Winning, R. da S. (2012). *Contribuições da psicanálise lacaniana na compreensão do autismo* [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Apêndice 1

Tabela 1 - Caracterização das obras que compõem o corpus da pesquisa

Autor(es)	Ano	Tipo de obra	Fonte	Objetivo principal	Abordagem teórica	Contribuição para o estudo
Maleval, J.-C.	2021	Capítulo de livro	<i>A diferença autística</i>	Discutir o autismo como diferença subjetiva	Psicanálise lacaniana contemporânea	Fundamenta o eixo do autismo como diferença
Lefort, R. & Lefort, R.	2003	Capítulo de livro	A distinção do autismo	Diferenciar autismo e psicose	Psicanálise lacaniana clássica	Base fundadora da noção de estrutura autística
Maleval, J.-C.	2015	Artigo científico	<i>Opção Lacaniana Online</i>	Defender a hipótese de estrutura autística	Psicanálise lacaniana	Texto central para a ideia de quarta estrutura
Drapier, J.-P.	2012	Artigo acadêmico	Revista <i>A Peste</i>	Questionar o estatuto do autismo (estrutura ou não)	Psicanálise	Introduz debate crítico no campo
Freitas, R. G. A. F.	2018	Artigo científico	Revista <i>aSEPHallus</i>	Investigar o autismo como estrutura adicional	Psicanálise lacaniana	Sistematiza o debate teórico
Maleval, J.-C.	2018	Artigo científico	Revista <i>aSEPHallus</i>	Aprofundar a definição de estrutura autista	Psicanálise lacaniana	Consolida o conceito estrutural
Monteiro & Dias	2023	Anais de evento	Evento científico	Discutir a diferença autística a partir de Maleval	Psicanálise	Atualiza o debate contemporâneo
Silva, B. S.	2018	Dissertação de mestrado	UFSJ	Analisar o autismo na perspectiva lacaniana	Psicanálise	Articula teoria e prática clínica
Santos, J. R. F.	2021	TCC	PUC-SP	Investigar a constituição subjetiva do autista	Psicanálise	Abordagem aplicada e didática

Autor(es)	Ano	Tipo de obra	Fonte	Objetivo principal	Abordagem teórica	Contribuição para o estudo
Winning, R. S.	2012	TCC	PUC-SP	Apresentar contribuições da psicanálise ao autismo	Psicanálise	Sistematização introdutória
Teixeira, A. & Rosa, M. (orgs.)	2020	Livro (coletânea)	Editora Autêntica	Discutir psicopatologia lacaniana	Psicanálise lacaniana	Insere o autismo no campo mais amplo
Souza, C. R.	2023	Livro	Obra acadêmica	Explorar linguagem e subjetividade no autismo	Psicanálise contemporânea	Aprofunda dimensão subjetiva

Fonte: Elaboração própria a partir das obras analisadas no corpus da pesquisa